



CANELA-RS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANELA - RIO GRANDE DO SUL

**PROFISSIONAL DO MAGISTÉRIO COM
HABILITAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA**

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Didática
- ▶ Legislação
- ▶ Conhecimentos Específicos

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

CONCURSO PÚBLICO 01/2026



BÔNUS

ÁREA DO
CONCURSEIRO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.

41
ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO



AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Questões gabaritadas
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



CANELA - RS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANELA - RIO
GRANDE DO SUL

Profissional do Magistério
com Habilitação em Língua
Portuguesa

CONCURSO PÚBLICO 01/2026

CÓD: SL-220JL-26
7901183003723

Língua Portuguesa

1. Compreensão, interpretação e análise crítica de textos de diferentes gêneros e tipologias.....	9
2. Identificação de tema, tese, argumentos, pressupostos, subentendidos e informações implícitas.....	17
3. Relações intertextuais e interdiscursivas.....	24
4. Coesão, coerência, progressão temática e referenciação.....	27
5. Mecanismos de argumentação e efeitos de sentido.....	31
6. Semântica e significação contextual; sinonímia, antonímia, homonímia, paronímia, polissemia, ambiguidade, denotação e conotação.....	35
7. Figuras de linguagem.....	38
8. Funções da linguagem.....	41
9. Variação linguística.....	42
10. Adequação comunicativa.....	43
11. Ortografia oficial.....	47
12. Acentuação gráfica.....	51
13. Classes de palavras e seus empregos morfossintáticos.....	53
14. Estrutura e formação de palavras.....	62
15. Flexão nominal e verbal; tempos, modos, vozes e correlação verbal.....	65
16. Termos da oração; período composto por coordenação e subordinação.....	68
17. Relações sintáticas, semânticas e lógico-discursivas.....	72
18. Concordância nominal e verbal.....	75
19. Regência nominal e verbal.....	79
20. Emprego da crase.....	83
21. Colocação pronominal.....	85
22. Pontuação e seus efeitos de sentido.....	86
23. Discurso direto, indireto e indireto livre.....	89
24. Reescrita, transformação e equivalência de estruturas; paralelismo sintático e semântico; correção gramatical; adequação vocabular.....	91
25. Redação oficial, conforme o Manual de Redação da Presidência da República.....	95

Didática

1. Fundamentos históricos, filosóficos, sociológicos e psicológicos da educação.....	117
2. Teorias da aprendizagem.....	123
3. Tendências pedagógicas.....	128
4. Concepções de ensino, aprendizagem, currículo e avaliação.....	129
5. Função social da escola e papel do professor.....	133
6. Organização do trabalho pedagógico . planejamento educacional, curricular e de ensino.....	137
7. Projeto Político-Pedagógico.....	141
8. Planos de ensino e de aula; definição de objetivos, competências e habilidades; seleção e organização de conteúdos; metodologias, estratégias e recursos didático-pedagógicos.....	143
9. Metodologias ativas e práticas interdisciplinares.....	147
10. Relação entre teoria e prática.....	151

1. Mediação pedagógica e relação professor-aluno; gestão da sala de aula	155
2. Diversidade, inclusão, equidade e educação especial na perspectiva inclusiva; adaptações e acessibilidade curricular....	159
3. Avaliação diagnóstica, formativa e somativa; instrumentos, critérios e recuperação da aprendizagem.....	162
4. Tecnologias digitais aplicadas à educação	167
5. Educação integral.....	171
6. Interdisciplinaridade, transversalidade e contextualização	172
7. Alfabetização e letramento.....	176
8. Formação inicial e continuada de professores; práticas reflexivas e saberes docentes.....	177
9. Legislação e políticas educacionais brasileiras.....	181
10. Base Nacional Comum Curricular – BNCC.....	185
11. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/1996	232
12. Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/1990.....	251
13. Plano Nacional de Educação – Lei nº 13.005/2014.....	291
14. Ética, cidadania, direitos humanos e convivência democrática no ambiente escolar	306

Conhecimentos Específicos

Profissional do Magistério com Habilitação em Língua Portuguesa

1. Fundamentos históricos, sociais, culturais, linguísticos e pedagógicos do ensino de Língua Portuguesa	315
2. Língua Portuguesa na educação básica e sua contribuição para a formação leitora, escritora, comunicativa, crítica e cidadã dos estudantes	319
3. Base Nacional Comum Curricular – BNCC e o componente curricular Língua Portuguesa; competências e habilidades relacionadas ao ensino de Língua Portuguesa; concepções de língua, linguagem, fala, escrita, texto, discurso, interação, variação linguística e norma-padrão; metodologias do ensino de Língua Portuguesa.....	322
4. Planejamento, organização e avaliação de práticas pedagógicas em Língua Portuguesa.....	369
5. Leitura, compreensão, interpretação, análise e produção de textos verbais, não verbais, multimodais e digitais; estratégias de leitura: inferência, antecipação, localização de informações, identificação de tema, tese, argumentos, finalidade, interlocutores e efeitos de sentido	373
6. Gêneros textuais e discursivos orais, escritos, digitais e multissemióticos; tipologias textuais: narração, descrição, dissertação, exposição, injunção e argumentação; produção textual: planejamento, textualização, revisão, reescrita, coesão, coerência, progressão temática, adequação linguística e intencionalidade comunicativa; oralidade, escuta, argumentação, debate, seminário, exposição oral, entrevista, roda de conversa e práticas de interação verbal; análise linguística e semiótica no ensino de Língua Portuguesa.....	376
7. Gramática contextualizada e reflexão sobre o uso da língua; fonologia, ortografia, acentuação gráfica, pontuação e emprego das letras; morfologia: estrutura e formação de palavras, classes gramaticais e flexões nominais e verbais; sintaxe: termos da oração, período simples, período composto, coordenação, subordinação, concordância, regência, colocação pronominal e crase; semântica: sinonímia, antonímia, polissemia, ambiguidade, pressupostos, subentendidos, denotação, conotação e relações de sentido; estilística, figuras de linguagem, recursos expressivos e efeitos de sentido; coesão referencial, sequencial, lexical e articuladores textuais; coerência textual, intertextualidade, interdiscursividade, paráfrase, citação, alusão e paródia; variação linguística, preconceito linguístico, adequação comunicativa, registros de linguagem e diversidade sociocultural; norma culta, norma-padrão, usos formais e informais da língua	381
8. Literatura brasileira, portuguesa, africana de língua portuguesa, indígena, afro-brasileira, regional e contemporânea; gêneros literários: lírico, épico, narrativo, dramático e suas formas; escolas literárias, movimentos estéticos, autores, obras e contextos históricos da literatura.....	381
9. Leitura literária, fruição, formação do leitor, mediação de leitura e práticas de letramento literário.....	385

1. Literatura infantojuvenil e sua utilização pedagógica; alfabetização, letramento, multiletramentos e práticas sociais de leitura e escrita	388
2. Cultura digital, mídias, hipertextos, gêneros digitais e tecnologias educacionais no ensino de Língua Portuguesa; análise crítica de informações, fake news, publicidade, propaganda, discursos midiáticos e argumentação nas redes sociais.....	393
3. Interdisciplinaridade entre Língua Portuguesa e demais áreas do conhecimento; educação inclusiva, acessibilidade e diversidade no ensino de Língua Portuguesa	396
4. Adaptação de práticas pedagógicas para estudantes com deficiência, transtornos do desenvolvimento e necessidades educacionais específicas	401
5. Avaliação da aprendizagem em Língua Portuguesa: instrumentos, critérios, registros, rubricas, produção textual, leitura, oralidade e participação	405
6. Elaboração de planos de aula, sequências didáticas, projetos de leitura, escrita, oralidade e literatura; gestão de sala de aula, motivação, participação, mediação de conflitos e acompanhamento da aprendizagem	408
7. Ética profissional, responsabilidade docente, trabalho em equipe e relação entre escola, família e comunidade	411
8. Legislação educacional aplicada à educação básica, à educação inclusiva, à leitura, à literatura e ao ensino de Língua Portuguesa	414

Material Digital Legislação

1. Lei Orgânica Municipal; Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011)	3
2. Regime Jurídico Único dos Servidores	10
3. Estrutura Administrativa do Município de Canela	35
4. Plano de Carreira do Magistério Público Municipal de Canela	42
5. Lei Federal nº 14.640/2023 (Tempo Integral)	48
6. Plano Municipal de Educação de Canela	48
7. Lei Municipal nº 1.702/1999 (Sistema Municipal de Educação de Canela)	51
8. Lei Municipal nº 4.856/2024 (Diretrizes da Escola em Tempo Integral)	56
9. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei nº 8.069/1990)	58
10. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (DCNs)	99
11. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996).....	99
12. Constituição Federal de 1988 (Artigos 205 a 214)	119
13. Base Nacional Comum Curricular (BNCC); LBI – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015)	122
14. Leis Complementares nº 26 (Magistério) e 27/2012 (Maestro e Monitor)	141
15. Lei Complementar nº 25/2012 (Regime Jurídico)	142
16. Decretos Municipais nº 7.207/2015 (Estágio Probatório) e nº 10.662/2025 (Registro de Ponto).....	165

Atenção

▪ Para estudar o Material Digital acesse sua “Área do Aluno” em nosso site ou faça o resgate do material seguindo os passos da página 2.

<https://www.editorasolucao.com.br/customer/account/login/>

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO, INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE CRÍTICA DE TEXTOS DE DIFERENTES GÊNEROS E TIPOLOGIAS

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

CONCEITO DE COMPREENSÃO

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita, ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema, os fatos e os argumentos centrais.

► A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais, que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

- **Vocabulário:** O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.
- **Sintaxe:** A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o

- uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.

- **Coesão e coerência:** são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

► A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textos não-verbais, que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

A compreensão desses textos exige uma leitura visual aguçada, na qual o observador decodifica os elementos presentes, como:

- **Cores:** As cores desempenham um papel comunicativo importante em muitos contextos, evocando emoções ou sugerindo informações adicionais. Por exemplo, em um gráfico, cores diferentes podem representar categorias distintas de dados.
- **Formas e símbolos:** Cada forma ou símbolo em um texto visual pode carregar um significado próprio, como sinais de trânsito ou logotipos de marcas. A correta interpretação desses elementos depende do conhecimento prévio do leitor sobre seu uso.
- **Gestos e expressões:** Em um contexto de comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou em uma apresentação oral acompanhada de gestos, a compreensão se dá ao identificar e entender as nuances de cada movimento.

► Fatores que Influenciam a Compreensão

A compreensão, seja de textos verbais ou não-verbais, pode ser afetada por diversos fatores, entre eles:

- **Conhecimento prévio:** Quanto mais familiarizado o leitor estiver com o tema abordado, maior será sua capacidade de compreender o texto. Por exemplo, um leitor que já conhece o contexto histórico de um fato poderá compreender melhor uma notícia sobre ele.

▪ **Contexto:** O ambiente ou a situação em que o texto é apresentado também influencia a compreensão. Um texto jornalístico, por exemplo, traz uma mensagem diferente dependendo de seu contexto histórico ou social.

▪ **Objetivos da leitura:** O propósito com o qual o leitor aborda o texto impacta a profundidade da compreensão. Se a leitura for para estudo, o leitor provavelmente será mais minucioso do que em uma leitura por lazer.

► **Compreensão como Base para a Interpretação**

A compreensão é o primeiro passo no processo de leitura e análise de qualquer texto. Sem uma compreensão clara e objetiva, não é possível seguir para uma etapa mais profunda, que envolve a interpretação e a formulação de inferências. Somente após a decodificação do que está explicitamente presente no texto, o leitor poderá avançar para uma análise mais subjetiva e crítica, onde ele começará a trazer suas próprias ideias e reflexões sobre o que foi lido.

A compreensão textual é um processo que envolve a decodificação de elementos verbais e não-verbais, permitindo ao leitor captar a mensagem essencial do conteúdo. Ela exige atenção, familiaridade com as estruturas linguísticas ou visuais e, muitas vezes, o uso de recursos complementares, como dicionários. Ao dominar a compreensão, o leitor cria uma base sólida para interpretar textos de maneira mais profunda e crítica.

TEXTOS VERBAIS E NÃO-VERBAIS

Na comunicação, os textos podem ser classificados em duas categorias principais: verbais e não-verbais. Cada tipo de texto utiliza diferentes recursos e linguagens para transmitir suas mensagens, sendo fundamental que o leitor ou observador saiba identificar e interpretar corretamente as especificidades de cada um.

► **Textos Verbais**

Os textos verbais são aqueles constituídos pela linguagem escrita ou falada, onde as palavras são o principal meio de comunicação. Eles estão presentes em inúmeros formatos, como livros, artigos, notícias, discursos, entre outros. A linguagem verbal se apoia em uma estrutura gramatical, com regras que organizam as palavras e frases para transmitir a mensagem de forma coesa e compreensível.

Características dos Textos Verbais:

- **Estrutura Sintática:** As frases seguem uma ordem gramatical que facilita a decodificação da mensagem.
- **Uso de Palavras:** As palavras são escolhidas com base em seu significado e função dentro do texto, permitindo ao leitor captar as ideias expressas.
- **Coesão e Coerência:** A conexão entre frases, parágrafos e ideias deve ser clara, para que o leitor compreenda a linha de raciocínio do autor.

Exemplos de textos verbais incluem:

- **Livros e artigos:** Onde há um desenvolvimento contínuo de ideias, apoiado em argumentos e explicações detalhadas.

▪ **Diálogos e conversas:** Que utilizam a oralidade para interações mais diretas e dinâmicas.

▪ **Panfletos e propagandas:** Usam a linguagem verbal de forma concisa e direta para transmitir uma mensagem específica.

A compreensão de um texto verbal envolve a decodificação de palavras e a análise de como elas se conectam para construir significado. É essencial que o leitor identifique o tema, os argumentos centrais e as intenções do autor, além de perceber possíveis figuras de linguagem ou ambiguidades.

► **Textos Não-Verbais**

Os textos não-verbais utilizam elementos visuais para se comunicar, como imagens, símbolos, gestos, cores e formas. Embora não usem palavras diretamente, esses textos transmitem mensagens completas e são amplamente utilizados em contextos visuais, como artes visuais, placas de sinalização, fotografias, entre outros.

Características dos Textos Não-Verbais:

- **Imagens e símbolos:** Carregam significados culturais e contextuais que devem ser reconhecidos pelo observador.
- **Cores e formas:** Podem ser usadas para evocar emoções ou destacar informações específicas. Por exemplo, a cor vermelha em muitos contextos pode representar perigo ou atenção.
- **Gestos e expressões:** Na comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou na expressão facial, o corpo desempenha o papel de transmitir a mensagem.

Exemplos de textos não-verbais incluem:

- **Obras de arte:** Como pinturas ou esculturas, que comunicam ideias, emoções ou narrativas através de elementos visuais.
- **Sinais de trânsito:** Que utilizam formas e cores para orientar os motoristas, dispensando a necessidade de palavras.
- **Infográficos:** Combinações de gráficos e imagens que transmitem informações complexas de forma visualmente acessível.

A interpretação de textos não-verbais exige uma análise diferente da dos textos verbais. É necessário entender os códigos visuais que compõem a mensagem, como as cores, a composição das imagens e os elementos simbólicos utilizados. Além disso, o contexto cultural é crucial, pois muitos símbolos ou gestos podem ter significados diferentes dependendo da região ou da sociedade em que são usados.

► **Relação entre Textos Verbais e Não-Verbais**

Embora sejam diferentes em sua forma, textos verbais e não-verbais frequentemente se complementam. Um exemplo comum são as propagandas publicitárias, que utilizam tanto textos escritos quanto imagens para reforçar a mensagem. Nos livros ilustrados, as imagens acompanham o texto verbal, ajudando a criar um sentido mais completo da história ou da informação.

DIDÁTICA

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, FILOSÓFICOS, SOCIOLOGICOS E PSICOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO

Fundamentos da Educação¹

A educação deve levar em conta a natureza própria do indivíduo, encontrando esteios nas leis da constituição psicológica do indivíduo e seu desenvolvimento. A relação entre os indivíduos a educar e a sociedade torna-se recíproca. Pretende que a criança aproxime do adulto não mais recebendo as regras de boa ação, mas conquistando-as com seu esforço e suas experiências pessoais, em troca a sociedade espera das novas gerações mais do que uma imitação; espera um enriquecimento.

Caso queiramos proceder corretamente no campo técnico da educação, teremos que a elas recorrer para que não sejamos tentados em nossa ação educativa, a impor modelos, para com que eles, os alunos, se identifiquem. Teremos sim que lhes oferecer situações. experiências que resultem em uma modelagem adequada. Modelagem não estereotipada, mas decorrentes das diferenças individuais de cada aluno.

► Fundamentos Sociológicos

No Brasil, convivem lado a lado, uma Sociologia de Educação cética com relação à ordem existente, baseada em modelo marxista, uma outra baseada em metodologia de pesquisa empírica e, ainda outra que, rejeitando ambas as abordagens, adota perspectivas de inspiração interacionista, fenomenológica ou etnometodológica. As diferenças entre os referenciais teóricos, os temas tratados e a orientação política são tão grandes que talvez fosse mais correto falar em Sociologas da Educação.

Nos últimos vinte anos pertencem a Althusser (1970), Bowles e Gintis (1976), Bourdieu e Passeron (1970) e Michael Yong (1971), os estudos que marcaram e delimitaram o campo da Sociologia Educacional. Estes estudos postulam que a produção e reprodução das classes reside na capacidade de manipulação e moldagem das consciências, na preparação de tipos diferenciados de subjetividade de acordo com as diferentes classes sociais.

A escola participa na consolidação desta ordem social pela transmissão e incubação diferenciada de certas ideias, valores, modos de percepção, estilos de vida, em geral sintetizados na noção de ideologia. Os estudos centram-se nos mecanismos amplos de reprodução social via escola.

Num outro eixo, encontramos os ensaios da Nova Sociologia da Educação preocupados em descrever as minúcias do funcionamento do currículo escolar e seu papel na estruturação das desigualdades sociais. A Nova Sociologia da Educação coloca a problematização dos currículos escolares no centro da análise sociológica de Educação.

A Sociologia da Educação, hoje, aborda como tema central de discussão: o papel da educação na produção e reprodução da sociedade de classes. A Educação facilmente descobre que um dos lugares eminentes de sua teoria e de sua prática está no interior dos movimentos sociais. Cabe, pois, a escola o papel de preparar técnica e subjetivamente as diferentes classes sociais para ocuparem seus devidos lugares na divisão social.

Bourdieu e Passeron percebem como essa divisão é mediada por um processo de reprodução cultural. Sabemos que as forças culturais que atuam sobre o comportamento precisam ser conhecidas para um melhor planejamento e, conseqüentemente, melhor ensino. De particular interesse para o processo educativo são os fatores familiares, o grupo de adolescentes a que se filia ("a turma") e a escola.

As condições do ambiente forjam a sua resposta ou reticência, aos estímulos, formando padrões de hábitos que encorajam ou desencorajam as atividades que motivam ou desmotivam a aprendizagem. O comportamento em classe está estritamente relacionado com o ambiente familiar e a sua posição socioeconômica. Fatores estes ocasionadores de procedimentos antissociais ou de extrema instabilidade e falta de amadurecimento.

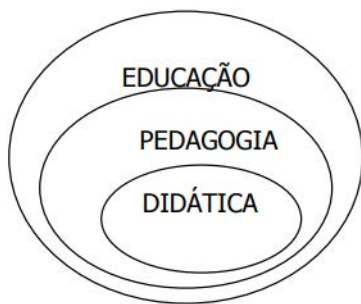
A "turma" é de vital importância para o adolescente que, ao "enturmar-se", prefere os padrões de seu grupo aos dos adultos, algumas vezes diminuindo até o seu rendimento escolar para satisfazer o seu grupo. O aluno, ser temporal e espacial, vivendo dentro de uma comunidade, pertencendo a um grupo social, participando de instituições várias, possuindo um "status" socioeconômico, para integrar-se aos padrões de comportamento social necessita de um atendimento dentro da sua realidade individual.

A organização de currículos, programas e planejamentos de ensino alienados da realidade social não é de natureza prática e não conduz a motivação. No entanto, como os grandes educadores e pedagogos, deveríamos ir muito além, formando "conceitos humanísticos" que superam dialeticamente o individual e o social para fazer surgir o ser humano integral, dando ao educando condições de adaptação em qualquer tipo de sociedade no tempo e no espaço.

► Fundamentos Psicológicos

Iniciemos situando Educação como o âmbito amplo que abarcaria, numa representação espacial, em círculos concêntricos, a Pedagogia e a Didática, como no esquema que segue.

¹ <https://pedagogiaparaconcurseiros.com.br/apostila-de-fundamentos-da-educacao/>



A Educação compete todos os detalhes, em toda a amplitude das situações que produzem ou provocam aprendizagem. Consideramos Educação como o campo característico da categoria dos humanos, porque a definimos como a esfera da aprendizagens. Ela é característica do humano, uma vez que o homem tem como sua marca definidora o fato de ser um ser de cultura, por conseguinte, um ser que aprende.

Aprender pode ser definido como a forma construída pelo bicho-homem de enfrentamento da realidade que o circunda e que lhe permite sobreviver ou, mais ainda, que lhe permite transformar o seu entorno com vistas a sua felicidade. Em face da complexidade e da amplitude dos fenômenos que regem os atos de aprender, a sua abordagem é intrinsecamente interdisciplinar. Assim, educação se faz obrigatoriamente a partir dos múltiplos enfoques.

No esquema acima, a passagem do exterior ao interior está associada a um movimento cada vez mais especializado, do informal ao formal. Assim, Educação na região exterior à Pedagogia, compreenderia as responsabilidades e as atuações da sociedade como um todo em suas ações (não propriamente intencionais) provocadoras de aprendizagens. Tratar-se-ia da atmosfera que se gera, pelo tipo de organização social e material dos agrupamentos humanos.

Na Pedagogia, restringe-se a amplitude para reforçar a profundidade da abordagem dos fenômenos do aprender. Para explicar a Pedagogia, é útil passar-se à definição da Didática, uma vez que aquela abarca esta.

A Didática é a parte da Pedagogia que se ocupa das aprendizagens complexas que requerem sistematização e organização. A Pedagogia pode ser entendida como o contexto que possibilita a Didática. Ela se ocupa do ambiente que possibilita as aprendizagens mais pontuais e específicas dos campos científicos, que configuram as disciplinas escolares.

A Didática é a ciência que dá conta de fazer com que alguém, não tendo um certo conhecimento, passe a tê-lo; isto é, ela se ocupa da construção dos conhecimentos, na perspectiva construtivista. Porém o que são conhecimentos? Quais suas características definidoras? Quais suas relações com o saber? O que saber e conhecimento têm em comum e em que divergem? Há entre eles precedência ou complementaridade? Estas e outras perguntas serão abordadas, a seguir, através da conceituação e classificação de quatro produtos da aprendizagem.

Produtos de Aprendizagem

Dentre os múltiplos ângulos em que a aprendizagem pode ser analisada, merece importância a caracterização dos tipos de produtos que dela derivam. Propomos o esquema que segue, como síntese de uma abordagem destes produtos.

	Não Sistematizada	Sistematizada
Não transformadora	Chute	Conhecimento
Transformadora	Saber	Práxis

Consideramos nestes produtos de aprendizagem dois atributos principais: a sua sistematização e a sua capacidade de transformação. A combinatória da presença ou da ausência desses dois atributos caracteriza os quatro espaços deste esquema, isto é, o chute, o saber, o conhecimento e a práxis.

Denominamos **chute** um produto da aprendizagem não sistematizado e não transformador. Chute pode ser tomado como algo aproximado a improviso. Como define o dicionário Aurélio, improviso é um produto intelectual inspirado na própria ocasião e feito de repente, sem preparo.

Observemos que estamos nos atendo à definição de improviso, enquanto produto intelectual sem preparo, que é o chute. Não consideramos, neste contexto, a validade da intuição ou da espontaneidade, que também podem estar embutidas no sentido comumente dado à palavra improviso. Chute, portanto, tem aqui a conotação de algo aprendido muito superficialmente, localizado, sem nenhuma generalização.

Chamamos de **saber** o produto de aprendizagem não sistematizado, mas transformador. Um produto de aprendizagem é transformador na medida em que acrescenta ser a quem aprende, modificando lhe em algo a maneira de viver.

Uma aprendizagem não é sistematizada quando ela é apenas descritiva de etapas de soluções de um problema, sem entrar na análise desta solução. O saber implica num valor capaz de mobilizar energias de quem aprende, a ponto de levá-lo a novas formas de vida.

Chamamos de **conhecimento** um produto de aprendizagem sistematizado, mas não transformador. Uma aprendizagem não é transformadora, quando ela somente instrumentaliza teoricamente de forma desvinculada da prática.

Um produto de aprendizagem não é transformador quando apenas ilustra, sem mover o aprendiz a incorporar nova postura existencial ou nova capacitação prática. Um produto de aprendizagem é sistematizado, quando ele chega à explicação das causas dos problemas enfrentados; e isto de forma organizada. Esta organização pode ser explicitada em livros ou similares, por escrito.

O saber transforma, mas não é sistematizado. O conhecimento é sistematizado, mas não é transformador.

O saber é pessoal; e o conhecimento é social ou socializável, na medida em que pode ser ou é sistematizado. O saber é mais ligado à ação, enquanto o conhecimento é mais ligado à reflexão e à linguagem. O saber tem mais a ver com percepções e movimentos, enquanto o conhecimento tem mais a ver com as palavras.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, SOCIAIS, CULTURAIS, LINGÜÍSTICOS E PEDAGÓGICOS DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

► A formação histórica da língua portuguesa

A língua portuguesa resultou de um longo processo de transformação histórica. Sua origem está ligada ao latim vulgar, modalidade falada do latim utilizada pelas populações do Império Romano. Com a expansão romana pela Península Ibérica, essa variedade linguística entrou em contato com línguas locais e, ao longo dos séculos, sofreu mudanças fonéticas, morfológicas, sintáticas e lexicais. Esse processo contribuiu para o surgimento das línguas românicas, entre elas o português.

A consolidação do português ocorreu gradualmente durante a formação do Reino de Portugal. Inicialmente, a língua conviveu com o galego-português, utilizado tanto em situações cotidianas quanto na produção literária medieval. Com o fortalecimento político do território português, a língua passou a adquirir maior autonomia e prestígio, tornando-se instrumento da administração, da cultura escrita e da organização do Estado.

A expansão marítima portuguesa ampliou significativamente o contato do idioma com diferentes povos. Em regiões da África, da Ásia e da América, o português passou a incorporar palavras, construções e formas de expressão provenientes de outras línguas. Assim, sua história não pode ser compreendida como um percurso linear ou isolado, mas como resultado de constantes relações culturais e sociais.

► A constituição do português brasileiro

O português falado no Brasil formou-se por meio do contato entre diferentes grupos linguísticos. A língua trazida pelos colonizadores portugueses encontrou centenas de línguas indígenas, além de línguas africanas trazidas pelas populações escravizadas. Posteriormente, movimentos migratórios também contribuíram para ampliar a diversidade linguística existente no país.

Durante o período colonial, o português não foi a única língua utilizada. Em diversas regiões, línguas indígenas e línguas gerais cumpriram importante função de comunicação. Com o fortalecimento da administração colonial, porém, o português passou a ser imposto como língua oficial e como instrumento de controle político e cultural.

A formação do português brasileiro ocorreu, portanto, em um contexto de contato, conflito e intercâmbio entre povos. Esse processo deixou marcas perceptíveis na pronúncia, no vocabulário, na sintaxe e nos usos cotidianos da língua. Palavras de origem indígena e africana, por exemplo, integram amplamente o português brasileiro e revelam aspectos da história social e cultural do país.

É importante compreender que o português brasileiro não constitui uma forma inferior ou deformada do português europeu. Trata-se de uma variedade histórica legítima, desenvolvida em condições próprias e marcada pela diversidade regional, social e cultural. Essa compreensão é essencial para superar visões preconceituosas sobre os usos linguísticos dos falantes.

► A trajetória do ensino de Língua Portuguesa no Brasil

Durante grande parte da história da educação brasileira, o ensino de Língua Portuguesa esteve associado à memorização de regras gramaticais, à leitura de textos considerados modelos e à reprodução de formas linguísticas prestigiadas. A escola valorizava principalmente a tradição escrita e a norma-padrão, muitas vezes desconsiderando a diversidade real da língua.

Nos primeiros períodos da escolarização, o ensino da língua esteve ligado à alfabetização, à catequese e à transmissão de valores religiosos e morais. Posteriormente, com a expansão do ensino formal, a disciplina passou a concentrar-se no estudo da gramática, da retórica e da literatura. O objetivo principal era formar indivíduos capazes de reconhecer e reproduzir modelos considerados corretos.

Essa perspectiva permaneceu por muito tempo nas práticas escolares. O estudante era frequentemente conduzido a identificar classes gramaticais, analisar frases isoladas e decorar nomenclaturas. Embora esses conhecimentos possam contribuir para a compreensão da língua, seu ensino descontextualizado limitava a participação ativa do aluno e dificultava a relação entre os conteúdos escolares e as situações concretas de comunicação.

Ao longo do século XX, estudos linguísticos e pedagógicos começaram a questionar essa abordagem. A língua passou a ser compreendida não apenas como um conjunto de regras, mas como uma atividade social, histórica e interativa. Com isso, leitura, produção de textos, oralidade e análise linguística ganharam maior relevância no ensino.

► **Da tradição gramatical às práticas de linguagem**

A passagem de um ensino centrado exclusivamente na gramática para uma abordagem voltada às práticas de linguagem representou uma mudança importante. O texto passou a ocupar posição central, pois é por meio dele que os sujeitos comunicam ideias, expressam opiniões, constroem conhecimentos e participam da vida social.

Essa transformação não significa abandonar o ensino gramatical. Significa integrar a reflexão sobre a língua às situações reais de leitura, escrita e oralidade. Em vez de estudar regras de forma isolada, o aluno pode compreender como determinados recursos linguísticos produzem sentidos em diferentes textos e contextos.

A leitura passou a ser entendida como atividade de construção de sentidos, e não como simples decodificação. A escrita começou a ser vista como processo que envolve planejamento, elaboração, revisão e reescrita. A oralidade também ganhou espaço, reconhecendo-se que falar e ouvir são práticas que exigem conhecimentos específicos e adequação às situações comunicativas.

► **Permanências e transformações históricas**

Apesar das mudanças teóricas, práticas tradicionais ainda permanecem em muitos contextos educacionais. Exercícios mecânicos, cópias, classificações e correções baseadas apenas na norma-padrão continuam presentes. Isso demonstra que as transformações no ensino não ocorrem de maneira imediata, pois dependem da formação docente, dos materiais didáticos, das condições escolares e das concepções de língua adotadas.

Ao mesmo tempo, houve avanços importantes. A diversidade linguística passou a receber maior atenção, e os diferentes usos da língua começaram a ser compreendidos como manifestações legítimas de grupos sociais e culturais. O ensino de Língua Portuguesa passou a buscar não somente o domínio de normas, mas também o desenvolvimento da capacidade de interpretar, argumentar, produzir textos e participar de diferentes situações de comunicação.

A história do ensino de Língua Portuguesa revela, portanto, uma tensão entre conservação e mudança. De um lado, permanece a valorização de modelos tradicionais; de outro, cresce a compreensão da língua como prática viva, dinâmica e socialmente situada. Conhecer esse percurso histórico permite avaliar criticamente as práticas pedagógicas atuais e construir formas de ensino mais significativas, inclusivas e coerentes com a realidade dos estudantes.

FUNDAMENTOS SOCIAIS, CULTURAIS E LINGÜÍSTICOS

► **A língua como fenômeno social e cultural**

A língua não é apenas um conjunto de palavras e regras gramaticais. Ela constitui uma prática social por meio da qual os indivíduos interagem, constroem conhecimentos, expressam valores, compartilham experiências e participam da vida coletiva. Todo uso linguístico ocorre em determinado contexto histórico e social, envolvendo interlocutores, objetivos, situações comunicativas e formas específicas de organização do discurso.

Ao falar, escrever, ler ou ouvir, o sujeito mobiliza conhecimentos linguísticos e culturais. A escolha de palavras, o grau de formalidade, a organização das frases e o modo de apresentar uma ideia variam de acordo com a situação. Uma conversa entre familiares, uma exposição escolar, uma notícia e um documento oficial, por exemplo, exigem formas diferentes de utilização da língua.

A linguagem também participa da construção das identidades individuais e coletivas. Os modos de falar podem indicar vínculos regionais, familiares, profissionais, geracionais e culturais. Por essa razão, estudar Língua Portuguesa significa compreender não apenas sua estrutura, mas também os sentidos sociais produzidos por seus diferentes usos.

O ensino deve reconhecer que a língua está em constante transformação. Mudanças históricas, contatos entre povos, novas tecnologias e alterações nos hábitos sociais contribuem para o surgimento de palavras, expressões e formas de comunicação. Desse modo, a língua deve ser compreendida como uma realidade dinâmica, e não como um sistema imutável.

► **Diversidade e variação linguística**

Toda língua apresenta variações. Os falantes não utilizam o português exatamente da mesma maneira, pois seus usos são influenciados pela região, pela idade, pelo grupo social, pelo nível de escolarização, pela profissão e pela situação comunicativa. Essas diferenças são chamadas de variações linguísticas e fazem parte do funcionamento natural das línguas.

A variação regional pode ser percebida na pronúncia, no vocabulário e em determinadas construções utilizadas em diferentes partes do país. A variação social relaciona-se aos grupos aos quais os falantes pertencem. A variação histórica evidencia as mudanças ocorridas ao longo do tempo. Já a variação situacional corresponde à adequação da linguagem às circunstâncias de comunicação.

Reconhecer a diversidade linguística não significa afirmar que todas as formas de expressão são adequadas em qualquer situação. O falante competente é aquele que consegue selecionar os recursos linguísticos mais apropriados ao contexto, ao interlocutor e à finalidade do texto. Em uma situação formal, por exemplo, determinadas escolhas podem ser mais adequadas do que aquelas utilizadas em uma conversa espontânea.

O papel da escola é ampliar o repertório linguístico do estudante. Isso envolve valorizar os conhecimentos que ele já possui e, ao mesmo tempo, proporcionar acesso às variedades exigidas em contextos formais de leitura, escrita e oralidade. O ensino não deve eliminar a maneira de falar do aluno, mas oferecer novas possibilidades de expressão.

► **Norma-padrão, variedades linguísticas e adequação comunicativa**

A norma-padrão corresponde a um modelo linguístico utilizado como referência em situações formais, especialmente na escrita. Ela possui importância social porque favorece certa unidade em documentos, textos acadêmicos, materiais informativos e comunicações institucionais. Entretanto, não representa a totalidade da língua nem deve ser confundida com a única forma legítima de expressão.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!